

B D VEST CONFECÇÕES EIRELI

**RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DE PLANO DE
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Agosto de 2021



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTL2 NB47S TZTCX K257K

CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP: 87020-015

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

EXCELENTÍSSIMA SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ – ESTADO DO PARANÁ

Dra. Sâmia Yabusame Terruel Zarpellon

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Cumprimento de Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005.

As análises apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, no Plano de Recuperação Judicial, seus Anexos e Aditivo, apresentados nos autos, aos movs. 384 e 1255.2, bem como pelos comprovantes de pagamento juntados no processo recuperacional e/ou disponibilizados à essa Administradora Judicial.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, credores e demais interessados, o estado atual dos autos de Recuperação Judicial, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial e Aditivo apresentados pela Recuperanda, as disposições contidas no Plano e Aditivo, e, ainda, o controle de pagamento deste, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo recuperacional.

O presente relatório e demais documentos relacionados a Recuperação Judicial em comento, estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0012043-76.2016.8.16.0069** e ainda, no site desta Administradora Judicial www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 17 de agosto de 2021.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

ADMINISTRADORA JUDICIAL

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**

OAB/PR nº 65.066



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. DA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	7
3. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	15
4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDITORES	23
5. CONTROLE DE PAGAMENTO DE CREDITORES	26
6. CONCLUSÃO	33
GLOSSÁRIO	35



1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Da Homologação do Plano de Recuperação Judicial	O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 382, com os respectivos anexos, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, tendo sido aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em data de 20/10/2017. Em que pese o juízo universal tenha concedido a Recuperação Judicial da empresa e Homologado o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, com ressalvas, a indigitada decisão foi objeto de interposição de recursos de Agravo de Instrumento, restando pendente, até a presente data, o trânsito em julgado do REsp nº 1900506/PR (2020/0266405-2), interposto contra o acórdão do mencionado AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000.
Informações Operacionais	O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 384, com os respectivos anexos, e seu Aditivo, ao mov. 1255.2, dispondo sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade baseadas em projeções futuras e fluxo de caixa, as propostas de pagamento dos credores concursais e os efeitos judiciais após a aprovação e homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial da empresa.
Informações Financeiras	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua Cláusula 8, estabelecendo, para os credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, carência de 23 meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ, para início dos pagamentos, com vencimento no dia 25 de cada mês, a partir do 24º mês subsequente, com deságio de 60% e atualização mensal do saldo devedor pela variação da Taxa de Referência (TR) acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do efetivo pagamento, aplicando-se juros simples de 2,0% a.a., nessa ordem. Quanto aos credores Classe I – Créditos Trabalhistas, foi apresentado Aditivo ao PRJ, fixando, na Cláusula 1, prazo para pagamento dos créditos no mês subsequente a publicação da decisão que homologar o Plano, sem deságio.
Endividamento	Foram aportados aos autos os comprovantes de pagamento de credores da Classe I – Créditos Trabalhistas, bem como, enviados à essa Administradora Judicial, a qual passa a realizar a verificação e controle de pagamento, conforme consta do Anexo II - Relação Analítica de Pagamentos Por Credor, visando a aferição do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em atenção ao art. 22, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005. No que se refere aos credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, verifica-se que ainda não foi iniciado o período de carência, uma vez que não alcançado o trânsito em julgado da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, razão pela qual não foi realizada a análise quando ao pagamento dos credores das mencionadas classes.



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Conclusão	Foi constatado o pagamento dos credores habilitados na Classe I – Créditos Trabalhistas, ao tempo do primeiro vencimento, em 25/04/2018, tendo havido, posteriormente, demais habilitações de crédito. Quanto os credores habilitados na Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – Créditos ME / EPP, verifica-se que o termo inicial dos 23 (vinte e três) meses de carência não foi atingido até o momento, uma vez que não houve o trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ, nos termos das Cláusulas 8.2 e 8.3 desse, haja vista a interposição de Recurso Especial - REsp nº 1900506 / PR (2020/0266405-2), <i>restando pendente decisão a ser proferida no Agravo Interno, interposto em data de 12/08/2021</i> -.



2. DA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

2.1 DA APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PELOS CREDORES

2.2 DA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTL2 NB47S TZTCX K257K

Da Homologação do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 382, com os respectivos anexos, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, tendo sido aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em data de 20/10/2017. Em que pese o juízo universal tenha concedido a Recuperação Judicial da empresa e Homologado o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, com ressalvas, a indigitada decisão foi objeto de interposição de recursos de Agravo de Instrumento, restando pendente, até a presente data, o trânsito em julgado do REsp nº 1900506/PR (2020/0266405-2), interposto contra o acórdão do mencionado AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000.

2.1 DA APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PELOS CREDORES

A crise financeira havida na empresa B D VEST CONFECÇÕES EIRELI resultou no ajuizamento do processo de Recuperação Judicial em data de 07/12/2016, distribuído à 2ª Vara Cível de Cianorte/PR, que, em data de 13/12/2016, teve deferido o seu processamento, vide mov. 14 dos autos nº 0012043-76.2016.8.16.0069.

Consoante prevê a redação do artigo 53 da Lei 11.101/2005, a Recuperanda apresentou em Juízo seu Plano de Recuperação Judicial, ao mov. 384, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, os quais foram levados à votação à Assembleia Geral de Credores, realizada em data de 20/10/2017 (mov. 1286.2).

Para fins de instalação da Assembleia, em conformidade com o art. 37, §2º, da Lei 11.101/05, o Administrador Judicial procedeu a verificação do quórum de presença, conforme se depreende da Ata da Assembleia Geral de Credores aportada aos autos recuperacionais ao mov. 1286.2, sendo informado o seguinte resultado:

- **Classe I – Créditos Trabalhistas:** De um total de 243 credores, cujos créditos correspondiam a R\$ 1.409.167,52 (um milhão, quatrocentos e nove mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), encontravam-se presentes 150 credores, com créditos totais de R\$ 798.964,13 (setecentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e treze centavos), equivalente a 56,70% do total dos créditos listados;
- **Classe II – Créditos com Garantia Real:** Inexistiam credores habilitados nessa classe;
- **Classe III – Créditos Quirografários:** De um total de 179 credores cujos créditos correspondiam a R\$ 45.205.252,91 (quarenta e cinco milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos), encontravam-se presentes 83 credores, com créditos totais de R\$ 33.985.217,33 (trinta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e dezessete reais e trinta e três centavos), equivalentes a 75,18% do total dos créditos listados;
- **Classe IV – Créditos ME / EPP:** De um total de 62 credores cujos créditos correspondiam a R\$ 3.837.211,56 (três milhões, oitocentos e trinta e sete mil, duzentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), encontravam-se presentes 32 credores, com créditos totais de R\$ 2.680.312,42 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e doze reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 69,85% do total dos créditos listados.

Assim, em observância ao disposto no §2º do art. 37 da Lei 11.101/2005, o Administrador Judicial declarou oficialmente INSTALADA a Assembleia Geral de Credores, prosseguindo com a ordem do dia quanto a aprovação, modificação ou rejeição do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela empresa Recuperanda.

Após debates realizados pelos credores sobre questões relativas ao Plano de Recuperação Judicial e seu Aditivo, bem como cientificados das decisões de mov. 1258.1 e 1273.1, que concederam ao Banco do Brasil S/A e a China Construction Bank – Banco Múltiplo, o direito de participação e voto em Assembleia computado em apartado dos demais Credores, conforme constou da Ata de mov. 1286.2, passou-se a votação, com o seguinte resultado:

- **Classe I – Créditos Trabalhistas:** De um total de 150 presentes em condições de votar, votaram pela aprovação do plano 150 credores, equivalente ao total de 100% dos credores presentes;
- **Classe II – Créditos com Garantia Real:** Inexistiam credores habilitados nessa classe;
- **Classe III – Créditos Quirografários:** De um total de 83 presentes em condições de votar, votaram pela aprovação do plano 66 credores, equivalente ao total de 79,52% dos credores presentes, e pelo valor de um total de R\$ 34.046.737,64 (trinta e quatro milhões, quarenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos), equivalentes ao total de 83,67% do total dos créditos listados;
- **Classe IV – Créditos ME / EPP:** De um total de 32 presentes em condições de votar, votaram pela aprovação do



Da Homologação do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 382, com os respectivos anexos, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, tendo sido aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em data de 20/10/2017. Em que pese o juízo universal tenha concedido a Recuperação Judicial da empresa e Homologado o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, com ressalvas, a indigitada decisão foi objeto de interposição de recursos de Agravo de Instrumento, restando pendente, até a presente data, o trânsito em julgado do REsp nº 1900506/PR (2020/0266405-2), interposto contra o acórdão do mencionado AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000.

plano 31 credores, tendo um dos presentes se ausentado no momento, equivalendo, portanto, ao total de 100% dos credores votantes.

Foi feita, ainda, a ressalva quanto aos votos em apartado do credor, Banco do Brasil S/A, pela rejeição do Plano de Recuperação Judicial, e, ainda, quanto ao credor China Construction Bank Banco Múltiplo S/A, que se absteve de direcionar o voto, vide Ata aportada aos autos no mov. 1286.2.

Ante ao resultado da votação apresentada, foi informado pelo Presidente da Assembleia, a APROVAÇÃO do Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, apresentados pela Recuperanda ao mov. 384 e 1255.2, respectivamente, dos autos desta Recuperação Judicial, nos termos do art. 45 e incisos da Lei 11.101/2005.

Para fins de apreciação e homologação do Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo, aprovado em sede Assembleia Geral de Credores, conforme previsão do art. 58 da Lei 11.101/2005, procedeu-se a juntada da Ata de Assembleia Geral de Credores, Lista de presença - Classe I – Créditos Trabalhistas; Lista de presença - Classe III - Créditos Quirografários; Lista de presença - Classe IV – Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte; Lista de presença – Credores com direito a voto em apartado; Planilha de Votação - Classe I - Créditos Trabalhistas; Planilha de Votação - Classe III - Créditos Quirografários; Planilha de Votação - Classe IV – Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, vide mov. 1286 dos autos de Recuperação Judicial, ficando sujeito a apreciação e homologação judicial

2.2 DA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Compulsando os autos, verifica-se que o Plano de Recuperação Judicial (mov. 384.2 e 384.3) e seu Aditivo (mov. 1255.2), foram aprovados pelos credores em Assembleia Geral de Credores, realizada em data de 20/10/2017 (mov. 1286.2), nos termos do art. 45, §§1º e 2º da Lei 11.101/2005, ficando sujeito a apreciação e homologação judicial.

Em data de 05/03/2018, mov. 1415.1, o d. magistrado proferiu decisum concedendo a Recuperação Judicial à empresa, bem como homologando o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, contudo, com ressalvas, devidamente apresentadas na decisão retro.

Realizado o controle de legalidade pelo juízo universal, restou afastada a validade da Cláusula 9.2, alíneas 'a', 'b', 'd', 'e', 'g', 'k' e 'n', quanto a extensão dos efeitos do procedimento recuperacional aos sócios da empresa e terceiros garantidores, e, ainda, a Cláusula 2 do Aditivo, referente às condições de pagamento dos credores portadores de cédulas de crédito – títulos ao portador –, no que se refere a necessidade de devolução do título como condição para o recebimento do crédito, uma vez que contrária ao princípio da *par conditio creditorum*.



Da Homologação do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 382, com os respectivos anexos, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, tendo sido aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em data de 20/10/2017. Em que pese o juízo universal tenha concedido a Recuperação Judicial da empresa e Homologado o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, com ressalvas, a indigitada decisão foi objeto de interposição de recursos de Agravo de Instrumento, restando pendente, até a presente data, o trânsito em julgado do REsp nº 1900506/PR (2020/0266405-2), interposto contra o acórdão do mencionado AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000.

Da decisão de mov. 1415.1, foram expedidas intimações aos credores, tendo havido interposição dos seguintes recursos:

Processo	Partes	Situação Processual
Agravo de Instrumento nº 0012407-90.2018.8.16.0000	Lecca Comercial Ltda x B. D. Vest Confecções EIRELI	Agravo de Instrumento interposto contra a decisão de mov. 1415.1, de homologação do Plano de Recuperação Judicial, requerendo sua reforma, a fim de que seja realizado o controle de legalidade do Plano, com a consequente declaração de nulidade das cláusulas indicadas (Cláusula 8.2, quanto ao prazo de carência, deságio, número de parcelas e atualização; Cláusula 11.3 e 13.2, quanto ao encerramento da Recuperação Judicial a qualquer tempo e eleição de foro, respectivamente). Ao mov. 6, foi indeferida a tutela recursal pleiteada, conforme decisão proferida pelo Desembargador Relator. O presente recurso foi provido parcialmente (mov. 32.1), tornando sem efeito somente a Cláusula 11.3 do PRJ. Transitado em julgado em 11/10/2018.
Agravo de Instrumento nº 0012917-06.2018.8.16.0000	Banco do Brasil S.A. x B. D. Vest Confecções EIRELI	Agravo de Instrumento interposto contra a decisão de mov. 1415.1, de homologação do Plano de Recuperação Judicial, buscando sua reforma, a fim de que seja declarada a nulidade das disposições referentes a forma de pagamento dos credores (Cláusula 5.6 e Cláusula 8.2 do PRJ). O presente recurso não foi provido (mov. 35.1), haja vista a Assembleia Geral de Credores ser soberana para tratar sobre direitos disponíveis, relação aos quais descabe interferência do judiciário. Transitado em julgado em 22/11/2018.
Agravo de Instrumento nº 0012554-19.2018.8.16.0000	B. D. Vest Confecções EIRELI	Agravo de Instrumento interposto contra a decisão de mov. 1415.1, de homologação do Plano de Recuperação Judicial, buscando sua reforma, a fim de que seja declarada a manutenção da Cláusula 9.2, que dispõe sobre a suspensão de garantias, bem como reconhecer válida a Cláusula 2 do Aditivo do PRJ, ambas objeto de ressalva do juízo a quo. Ao mov. 6, a tutela recursal foi parcialmente deferida pelo Desembargador Relator, reestabelecendo a aplicabilidade da Cláusula 9.2 do PRJ. Ao mov. 312.1, o recurso foi provido parcialmente, declarando eficaz os efeitos da Cláusula 9.2 do PRJ quanto a suspensão da exigibilidade das garantias. Devidamente intimadas as partes, o mencionado acórdão foi objeto de Recursos Especiais, que, não obstante tenha sido julgado em 26/05/2021, encontra-se em sede de Agravo Interno, interposto em 12/08/2021, pendente de julgamento.

Da Homologação do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 382, com os respectivos anexos, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, tendo sido aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em data de 20/10/2017. Em que pese o juízo universal tenha concedido a Recuperação Judicial da empresa e Homologado o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, com ressalvas, a indigitada decisão foi objeto de interposição de recursos de Agravo de Instrumento, restando pendente, até a presente data, o trânsito em julgado do REsp nº 1900506/PR (2020/0266405-2), interposto contra o acórdão do mencionado AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000.

Processo	Partes	Situação Processual
Recurso Especial nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 3	Banco do Brasil S.A. x B. D. Vest Confecções EIRELI	<p>Recurso Especial interposto contra o acórdão de mov. 312 proferido no Agravo de Instrumento nº 0012554-19.2018.8.16.0000, buscando sua reforma.</p> <p>O recurso foi admitido (mov. 10.1) e remetido ao STJ, tendo sido certificado o protocolo sob o número 2020/0266405-2 (mov. 128).</p> <p>Em data de 24/05/2021, a Relatora Ministra Nancy Andrighi conheceu e deu provimento ao recurso, declarando, em face dos recorrentes, a ineficácia da cláusula do Plano de Recuperação Judicial que prevê a suspensão das garantias reais e fidejussórias, em consonância ao entendimento firmado pelo STJ.</p> <p>Do mencionado decisum, foi oposto Embargos de Declaração, em data de 01/06/2021 (protocolizada petição 517613/2021) pela B. D. Vest Eireli, tendo sido apresentada Contrarrazões, protocolizada petição 544935/2021, pelo Banco do Brasil S/A e petição 0541308/2021, N A Fomento Mercantil LTDA, ambas em 09/06/2021, e, ainda, Contrarrazões, protocolizada petição 548468/2021, Lecca Comercial LTDA, em 10/06/2021.</p> <p>Dos aclaratórios opostos perante a decisão do REsp nº 1900506 / PR (2020/0266405-2), foi proferida decisão (petição nº 517613/2021 - EDcl), em data de 24/06/2021, rejeitando-o, uma vez que ausentes quaisquer vícios do decisum, estando em conformidade com a Súmula 581 bem como do julgamento do REsp 1.885.536/MT e REsp 1.794.209/SP, pela Segunda Seção do STJ, que pacificou o entendimento de que a anuência do titular de garantia real ou fidejussória é indispensável para que o plano de recuperação judicial possa estabelecer sua supressão ou substituição. Completou a análise destacando que a cláusula suspensiva, nos termos do julgado retro, apenas gera efeitos aos credores que aprovaram o plano sem ressalvas quanto a ela, não sendo eficaz, portanto, em relação àqueles que não participaram da assembleia, que se abstiveram de votar ou que se posicionaram contra tal disposição.</p> <p>Da decisão retro, foi expedida intimação às partes, tendo sido interposto Agravo Interno (petição 719294/2021) pela Recuperanda, em data de 12/08/2021.</p> <p>Ante ao exposto, verifica-se que não houve trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.</p>



Da Homologação do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 382, com os respectivos anexos, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, tendo sido aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em data de 20/10/2017. Em que pese o juízo universal tenha concedido a Recuperação Judicial da empresa e Homologado o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, com ressalvas, a indigitada decisão foi objeto de interposição de recursos de Agravo de Instrumento, restando pendente, até a presente data, o trânsito em julgado do REsp nº 1900506/PR (2020/0266405-2), interposto contra o acórdão do mencionado AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000.

Processo	Partes	Situação Processual
Recurso Especial nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 6	N A Fomento Mercantil Ltda x B. D. Vest Confecções EIRELI	<p>Recurso Especial interposto contra o acórdão de mov. 312 proferido no Agravo de Instrumento nº 0012554-19.2018.8.16.0000, buscando sua reforma.</p> <p>O recurso foi admitido (mov. 115.1) e remetido ao STJ, tendo sido certificado o protocolo sob o número 2020/0266405-2 (mov. 232).</p> <p>Em data de 24/05/2021, a Relatora Ministra Nancy Andrighi conheceu e deu provimento ao recurso, declarando, em face dos recorrentes, a ineficácia da cláusula do Plano de Recuperação Judicial que prevê a suspensão das garantias reais e fidejussórias, em consonância ao entendimento firmado pelo STJ.</p> <p>Do mencionado decisum, foi oposto Embargos de Declaração, em data de 01/06/2021 (protocolizada petição 517613/2021) pela B. D. Vest Eireli, tendo sido apresentada Contrarrazões, protocolizada petição 544935/2021, pelo Banco do Brasil S/A e petição 0541308/2021, N A Fomento Mercantil LTDA, ambas em 09/06/2021, e, ainda, Contrarrazões, protocolizada petição 548468/2021, Lecca Comercial LTDA, em 10/06/2021.</p> <p>Dos aclaratórios opostos perante a decisão do REsp nº 1900506 / PR (2020/0266405-2), foi proferida decisão (petição nº 517613/2021 - EDcl), em data de 24/06/2021, rejeitando-o, uma vez que ausentes quaisquer vícios do decisum, estando em conformidade com a Súmula 581 bem como do julgamento do REsp 1.885.536/MT e REsp 1.794.209/SP, pela Segunda Seção do STJ, que pacificou o entendimento de que a anuência do titular de garantia real ou fidejussória é indispensável para que o plano de recuperação judicial possa estabelecer sua supressão ou substituição. Completou a análise destacando que a cláusula suspensiva, nos termos do julgado retro, apenas gera efeitos aos credores que aprovaram o plano sem ressalvas quanto a ela, não sendo eficaz, portanto, em relação àqueles que não participaram da assembleia, que se abstiveram de votar ou que se posicionaram contra tal disposição.</p> <p>Da decisão retro, foi expedida intimação às partes, tendo sido interposto Agravo Interno (petição 719294/2021) pela Recuperanda, em data de 12/08/2021.</p> <p>Ante ao exposto, verifica-se que não houve trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.</p>



Da Homologação do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 382, com os respectivos anexos, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, tendo sido aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em data de 20/10/2017. Em que pese o juízo universal tenha concedido a Recuperação Judicial da empresa e Homologado o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, com ressalvas, a indigitada decisão foi objeto de interposição de recursos de Agravo de Instrumento, restando pendente, até a presente data, o trânsito em julgado do REsp nº 1900506/PR (2020/0266405-2), interposto contra o acórdão do mencionado AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000.

Processo	Partes	Situação Processual
Recurso Especial nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 7	Lecca Comercial Ltda x B. D. Vest Confecções EIRELI	<p>Recurso Especial interposto contra o acórdão de mov. 312 proferido no Agravo de Instrumento nº 0012554-19.2018.8.16.0000, buscando sua reforma.</p> <p>O recurso foi admitido (mov. 171.1) e remetido ao STJ, tendo sido certificado o protocolo sob o número 2020/0266405-2 (mov. 289).</p> <p>Em data de 24/05/2021, a Relatora Ministra Nancy Andrighi conheceu e deu provimento ao recurso, declarando, em face dos recorrentes, a ineficácia da cláusula do Plano de Recuperação Judicial que prevê a suspensão das garantias reais e fidejussórias, em consonância ao entendimento firmado pelo STJ.</p> <p>Do mencionado decisum, foi oposto Embargos de Declaração, em data de 01/06/2021 (protocolizada petição 517613/2021) pela B. D. Vest Eireli, tendo sido apresentada Contrarrazões, protocolizada petição 544935/2021, pelo Banco do Brasil S/A e petição 0541308/2021, N A Fomento Mercantil LTDA, ambas em 09/06/2021, e, ainda, Contrarrazões, protocolizada petição 548468/2021, Lecca Comercial LTDA, em 10/06/2021.</p> <p>Dos aclaratórios opostos perante a decisão do REsp nº 1900506 / PR (2020/0266405-2), foi proferida decisão (petição nº 517613/2021 - EDcl), em data de 24/06/2021, rejeitando-o, uma vez que ausentes quaisquer vícios do decisum, estando em conformidade com a Súmula 581 bem como do julgamento do REsp 1.885.536/MT e REsp 1.794.209/SP, pela Segunda Seção do STJ, que pacificou o entendimento de que a anuência do titular de garantia real ou fidejussória é indispensável para que o plano de recuperação judicial possa estabelecer sua supressão ou substituição. Completou a análise destacando que a cláusula suspensiva, nos termos do julgado retro, apenas gera efeitos aos credores que aprovaram o plano sem ressalvas quanto a ela, não sendo eficaz, portanto, em relação àqueles que não participaram da assembleia, que se abstiveram de votar ou que se posicionaram contra tal disposição.</p> <p>Da decisão retro, foi expedida intimação às partes, tendo sido interposto Agravo Interno (petição 719294/2021) pela Recuperanda, em data de 12/08/2021.</p> <p>Ante ao exposto, verifica-se que não houve trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.</p>



Da Homologação do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 382, com os respectivos anexos, e, ainda, seu Aditivo, ao mov. 1255.2, tendo sido aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em data de 20/10/2017. Em que pese o juízo universal tenha concedido a Recuperação Judicial da empresa e Homologado o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, com ressalvas, a indigitada decisão foi objeto de interposição de recursos de Agravo de Instrumento, restando pendente, até a presente data, o trânsito em julgado do REsp nº 1900506/PR (2020/0266405-2), interposto contra o acórdão do mencionado AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000.

Ante ao acima exposto, extrai-se que a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu Aditivo, aprovados em Assembleia Geral de Credores (Ata ao mov. 1286.2), proferida em data de 05/03/2018 (mov. 1415.1), ainda não alcançou o trânsito em julgado, uma vez que interposto recurso de Agravo Interno (petição 719294/2021), em data de 12/08/2021, contra o acórdão proferido no REsp 1900506 / 0266405-2, conforme consulta pública realizada junto ao e. Superior Tribunal de Justiça.



3. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 3.1 DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO
- 3.2 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO
- 3.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO
- 3.4 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- 3.5 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS
- 3.6 DA POSSIBILIDADE DE REALIZAR LEILÃO REVERSO
- 3.7 DA POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO
- 3.8 DA EXTINÇÃO DO DÉBITO MEDIANTE QUITAÇÃO



Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 384, com os respectivos anexos, e seu Aditivo, ao mov. 1255.2, dispondo sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade baseadas em projeções futuras e fluxo de caixa, as propostas de pagamento dos credores concursais e os efeitos judiciais após a aprovação e homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial da empresa.

3.1 DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

3.1.1 LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Recuperanda apresentou em anexo ao Plano de mov. 384.2 e 384.3, o Laudo Econômico-Financeiro (Anexo III), ao mov. 384.6, elaborado pelos contadores Clorival Brustolin Junior (CRC/PR 033.895/O-8) e Alvo Soluções Empresariais (CRC/PR 007843/O-6), indicando as fontes de informações utilizadas e as análises de viabilidade econômico-financeira da empresa e do Plano de Recuperação Judicial, emitindo parecer técnico quanto as projeções realizadas.

Após verificação dos demonstrativos financeiros históricos e projetados apresentados, exarou-se, pelos contadores responsáveis pela elaboração do Plano, que: a) as premissas e pressupostos adotados ficaram dentro de uma posição conservadora e com consistência com relação à performance histórica da empresa e de sua atual situação; b) os demonstrativos financeiros projetados (DRE e Fluxo de Caixa) a partir das premissas e pressupostos, bem como as informações fornecidas pela direção das empresas, apresentam coerência e consistência técnica, tendo sido elaborados dentro de padrões usuais de projeções e simulações de comportamento futuros das operações da empresa; c) demonstram uma coerência numérica e econômico-financeira entre as premissas adotadas e os valores resultantes, identificando consistência técnica e dentro dos modelos contábil e econômico-financeiro. Acrescentou que as projeções identificam a continuidade das operações da empresa com a adoção de medidas que, no entender técnico, são viáveis, na medida em que foram realizadas com base nas atividades operacionais já ajustadas aos novos níveis, adotando-se para essas projeções um critério conservador.

Do mencionado Laudo elaborado pelos contadores responsáveis pela elaboração do Plano, constatou-se, também, que a Recuperanda adotou modelos de avaliação dos resultados baseados nas DFs – Demonstrações Financeiras Históricas, com projeções futuras para o período de 2017 a 2031, apresentando esses resultados no modelo de **DRE – Demonstração de Resultado do Exercício (Figura 1 e 2) e de Fluxo de Caixa (Figura 3 e 4)**, conforme apresentado a seguir:

DRE PROJETADO	ACUMULADO	%	ACUMULADO	%	ACUMULADO	%	ACUMULADO	%	ACUMULADO	%	ACUMULADO	%	ACUMULADO	%
Itens	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5		ANO 6		ANO 7	
RECEITAS	106.454.003,57	110,33%	119.031.544,10	110,16%	133.095.121,03	110,16%	148.820.309,58	110,16%	166.403.429,16	110,16%	186.063.994,31	110,16%	204.158.717,76	110,09%
Receita Bruta	106.454.003,57	110,33%	119.031.544,10	110,16%	133.095.121,03	110,16%	148.820.309,58	110,16%	166.403.429,16	110,16%	186.063.994,31	110,16%	204.158.717,76	110,09%
DEDUÇÕES	-9.969.417,43	-10,33%	-10.375.856,51	-10,16%	-12.272.654,41	-10,16%	-13.722.668,53	-10,16%	-15.344.001,81	-10,16%	-17.156.895,83	-10,16%	-18.668.725,13	-10,08%
PIS Sobre Faturamento	-1.018.794,81	-1,03%	-1.105.949,41	-1,03%	-1.239.924,52	-1,03%	-1.385.974,34	-1,03%	-1.549.727,21	-1,03%	-1.732.827,40	-1,03%	-1.873.390,86	-1,01%
COFINS Sobre Faturamento	-4.692.492,48	-4,86%	-5.106.045,75	-4,73%	-5.709.325,05	-4,73%	-6.383.881,81	-4,73%	-7.138.137,44	-4,73%	-7.981.508,38	-4,73%	-8.828.979,55	-4,65%
ICMS Sobre Faturamento	-4.258.160,14	-4,41%	-4.761.261,76	-4,41%	-5.323.804,84	-4,41%	-5.952.812,38	-4,41%	-6.656.137,17	-4,41%	-7.442.559,77	-4,41%	-8.186.348,71	-4,40%
RECEITA LÍQUIDA	96.484.586,14	100,00%	108.655.687,59	100,00%	120.822.466,62	100,00%	135.097.641,05	100,00%	151.059.427,34	100,00%	168.907.098,50	100,00%	185.489.992,63	100,00%
CUSTOS	-46.268.215,21	-48,06%	-51.846.731,65	-47,96%	-57.972.423,00	-47,96%	-64.821.864,78	-47,96%	-72.480.568,10	-47,96%	-81.044.147,22	-47,96%	-90.619.513,21	-48,85%
Matéria Prima	-27.273.515,72	-28,27%	-30.495.881,60	-28,22%	-34.098.970,01	-28,22%	-38.127.763,31	-28,22%	-42.632.558,55	-28,22%	-47.599.595,34	-28,22%	-53.001.798,03	-28,74%
Serviços	-19.004.709,50	-19,70%	-21.350.850,06	-19,76%	-23.873.452,99	-19,76%	-26.694.101,48	-19,76%	-29.848.000,55	-19,76%	-33.371.551,88	-19,76%	-37.371.756,18	-20,12%
LUCRO BRUTO	50.216.370,93	51,94%	56.708.955,93	52,02%	62.850.043,62	52,02%	70.275.776,26	52,02%	78.578.859,25	52,02%	87.862.951,47	52,02%	97.870.479,42	51,15%
DESPESAS OPERACIONAIS	-19.767.702,77	-20,49%	-21.512.810,42	-19,91%	-23.434.406,02	-19,40%	-25.552.361,16	-18,91%	-27.887.916,07	-18,46%	-30.464.926,29	-18,04%	-33.288.769,55	-17,73%
Custo Fixo	-7.548.251,53	-7,82%	-7.887.922,85	-7,30%	-8.242.879,38	-6,82%	-8.613.808,95	-6,38%	-9.001.430,35	-5,96%	-9.406.494,72	-5,57%	-9.829.786,98	-5,30%
Custo Variável	-12.219.450,74	-12,66%	-13.624.887,58	-12,61%	-15.191.526,65	-12,57%	-16.938.552,21	-12,54%	-18.886.485,72	-12,50%	-21.058.431,57	-12,47%	-23.058.982,57	-12,43%
DESPESAS FINANCEIRAS	-7.451.789,25	-7,72%	-8.332.208,99	-7,71%	-9.316.658,47	-7,71%	-10.417.421,67	-7,71%	-11.648.240,04	-7,71%	-13.024.479,60	-7,71%	-14.529.110,24	-7,70%
Despesa Financeira	-7.451.789,25	-7,72%	-8.332.208,99	-7,71%	-9.316.658,47	-7,71%	-10.417.421,67	-7,71%	-11.648.240,04	-7,71%	-13.024.479,60	-7,71%	-14.529.110,24	-7,70%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-12.649.625,43	-13,11%	-13.218.858,58	-12,23%	-13.813.707,21	-11,43%	-14.435.324,04	-10,69%	-15.084.913,62	-9,99%	-15.763.734,73	-9,33%	-16.473.102,80	-8,88%
Despesas Administrativas	-12.649.625,43	-13,11%	-13.218.858,58	-12,23%	-13.813.707,21	-11,43%	-14.435.324,04	-10,69%	-15.084.913,62	-9,99%	-15.763.734,73	-9,33%	-16.473.102,80	-8,88%
RESULTADO ANTES DO PRJ/JCSI	10.247.162,97	10,62%	13.145.278,44	12,17%	16.036.335,41	13,48%	18.839.452,19	14,71%	21.593.914,20	15,86%	24.308.471,84	16,94%	26.977.366,62	16,83%
IRPJ / CSLL	-2.414.624,79	-2,50%	-3.104.576,27	-2,87%	-3.851.894,72	-3,19%	-4.705.219,32	-3,48%	-5.677.953,90	-3,76%	-6.785.134,98	-4,02%	-8.059.948,92	-5,71%
IRPJ	-1.076.062,11	-1,12%	-1.380.264,24	-1,28%	-1.700.069,55	-1,42%	-2.086.420,20	-1,54%	-2.516.687,00	-1,67%	-3.004.030,14	-1,78%	-3.682.624,52	-2,62%
RPJ - Adicional 10%	-693.301,41	-0,72%	-896.169,49	-0,83%	-1.115.969,03	-0,92%	-1.366.946,88	-1,01%	-1.653.045,27	-1,09%	-1.978.686,76	-1,17%	-2.397.749,58	-1,57%
CSLL	-645.261,27	-0,67%	-828.142,54	-0,77%	-1.035.866,14	-0,85%	-1.251.852,24	-0,93%	-1.509.340,74	-1,00%	-1.802.418,08	-1,07%	-2.209.574,71	-1,51%
SALDO OPERACIONAL	7.832.538,19	8,13%	10.040.702,17	9,29%	12.184.436,69	10,29%	14.134.232,87	11,23%	15.915.960,30	12,10%	17.523.991,84	12,92%	18.917.417,70	11,13%
EBÍTDA	17.698.943,22	18,34%	21.477.486,53	19,88%	25.601.930,39	21,19%	30.288.091,08	22,42%	35.606.029,56	23,57%	41.634.290,44	24,65%	48.508.607,07	24,53%

Figura 1 - Demonstrativo de Resultado - Projetado - Laudo Econômico e Financeiro (Anexo IV)



Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 384, com os respectivos anexos, e seu Aditivo, ao mov. 1255.2, dispondo sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade baseadas em projeções futuras e fluxo de caixa, as propostas de pagamento dos credores concursais e os efeitos judiciais após a aprovação e homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial da empresa.

DRE PROJETADO	ACUMULADO ANO 8	%	ACUMULADO ANO 9	%	ACUMULADO ANO 10	%	ACUMULADO ANO 11	%	ACUMULADO ANO 12	%	ACUMULADO ANO 13	%	ACUMULADO ANO 14	%	ACUMULADO ANO 15	%
RECEITAS	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%
Receita Bruta	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%	204.158.717,76	110,06%
DEDUÇÕES	-18.666.725,13	-10,06%	-18.666.725,13	-10,06%	-18.666.725,13	-10,06%	-18.666.725,13	-10,06%	-18.666.725,13	-10,06%	-18.666.725,13	-10,06%	-18.666.725,13	-10,06%	-18.666.725,13	-10,06%
PS Sobre Faturamento	-1.873.396,88	-1,01%	-1.873.396,88	-1,01%	-1.873.396,88	-1,01%	-1.873.396,88	-1,01%	-1.873.396,88	-1,01%	-1.873.396,88	-1,01%	-1.873.396,88	-1,01%	-1.873.396,88	-1,01%
CCIRMS Sobre Faturamento	-8.628.979,55	-4,85%	-8.628.979,55	-4,85%	-8.628.979,55	-4,85%	-8.628.979,55	-4,85%	-8.628.979,55	-4,85%	-8.628.979,55	-4,85%	-8.628.979,55	-4,85%	-8.628.979,55	-4,85%
CCMS Sobre Faturamento	-8.166.348,71	-4,40%	-8.166.348,71	-4,40%	-8.166.348,71	-4,40%	-8.166.348,71	-4,40%	-8.166.348,71	-4,40%	-8.166.348,71	-4,40%	-8.166.348,71	-4,40%	-8.166.348,71	-4,40%
RECEITA LÍQUIDA	185.489.992,63	100,00%	185.489.992,63	100,00%	185.489.992,63	100,00%	185.489.992,63	100,00%	185.489.992,63	100,00%	185.489.992,63	100,00%	185.489.992,63	100,00%	185.489.992,63	100,00%
CUSTOS	-90.619.513,21	-48,83%	-90.619.513,21	-48,83%	-90.619.513,21	-48,83%	-90.619.513,21	-48,83%	-90.619.513,21	-48,83%	-90.619.513,21	-48,83%	-90.619.513,21	-48,83%	-90.619.513,21	-48,83%
Materia Prima	-53.301.758,03	-28,74%	-53.301.758,03	-28,74%	-53.301.758,03	-28,74%	-53.301.758,03	-28,74%	-53.301.758,03	-28,74%	-53.301.758,03	-28,74%	-53.301.758,03	-28,74%	-53.301.758,03	-28,74%
Serviços	-37.317.755,18	-20,12%	-37.317.755,18	-20,12%	-37.317.755,18	-20,12%	-37.317.755,18	-20,12%	-37.317.755,18	-20,12%	-37.317.755,18	-20,12%	-37.317.755,18	-20,12%	-37.317.755,18	-20,12%
LUCRO BRUTO	94.870.479,42	51,15%	94.870.479,42	51,15%	94.870.479,42	51,15%	94.870.479,42	51,15%	94.870.479,42	51,15%	94.870.479,42	51,15%	94.870.479,42	51,15%	94.870.479,42	51,15%
DESPESAS OPERACIONAIS	-32.888.769,55	-17,73%	-32.888.769,55	-17,73%	-32.888.769,55	-17,73%	-32.888.769,55	-17,73%	-32.888.769,55	-17,73%	-32.888.769,55	-17,73%	-32.888.769,55	-17,73%	-32.888.769,55	-17,73%
Custo Fixo	-9.829.780,98	-5,30%	-9.829.780,98	-5,30%	-9.829.780,98	-5,30%	-9.829.780,98	-5,30%	-9.829.780,98	-5,30%	-9.829.780,98	-5,30%	-9.829.780,98	-5,30%	-9.829.780,98	-5,30%
Custo Variável	-23.058.982,57	-12,43%	-23.058.982,57	-12,43%	-23.058.982,57	-12,43%	-23.058.982,57	-12,43%	-23.058.982,57	-12,43%	-23.058.982,57	-12,43%	-23.058.982,57	-12,43%	-23.058.982,57	-12,43%
DESPESAS FINANCEIRAS	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%
Despesa Financeira	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%	-14.291.110,24	-7,70%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%
Despesa Administrativa	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%	-16.473.102,80	-8,88%
RESULTADO ANTES DO IRPJ/CSLL	31.217.496,82	16,83%	31.217.496,82	16,83%	31.217.496,82	16,83%	31.217.496,82	16,83%	31.217.496,82	16,83%	31.217.496,82	16,83%	31.217.496,82	16,83%	31.217.496,82	16,83%
IRPJ / CSLL	-10.589.948,92	-5,71%	-10.589.948,92	-5,71%	-10.589.948,92	-5,71%	-10.589.948,92	-5,71%	-10.589.948,92	-5,71%	-10.589.948,92	-5,71%	-10.589.948,92	-5,71%	-10.589.948,92	-5,71%
IRPJ	-4.682.624,52	-2,52%	-4.682.624,52	-2,52%	-4.682.624,52	-2,52%	-4.682.624,52	-2,52%	-4.682.624,52	-2,52%	-4.682.624,52	-2,52%	-4.682.624,52	-2,52%	-4.682.624,52	-2,52%
IRPJ - Adicional 10%	-3.097.749,68	-1,67%	-3.097.749,68	-1,67%	-3.097.749,68	-1,67%	-3.097.749,68	-1,67%	-3.097.749,68	-1,67%	-3.097.749,68	-1,67%	-3.097.749,68	-1,67%	-3.097.749,68	-1,67%
CSLL	-2.809.574,71	-1,51%	-2.809.574,71	-1,51%	-2.809.574,71	-1,51%	-2.809.574,71	-1,51%	-2.809.574,71	-1,51%	-2.809.574,71	-1,51%	-2.809.574,71	-1,51%	-2.809.574,71	-1,51%
SALDO OPERACIONAL	20.627.547,90	11,12%	20.627.547,90	11,12%	20.627.547,90	11,12%	20.627.547,90	11,12%	20.627.547,90	11,12%	20.627.547,90	11,12%	20.627.547,90	11,12%	20.627.547,90	11,12%
EBITDA	45.508.607,07	24,53%	45.508.607,07	24,53%	45.508.607,07	24,53%	45.508.607,07	24,53%	45.508.607,07	24,53%	45.508.607,07	24,53%	45.508.607,07	24,53%	45.508.607,07	24,53%

Figura 2 - Demonstrativo de Resultado - Projetado – Laudo Econômico e Financeiro (Anexo IV)

FLUXO DE CAIXA PROJETADO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7
ENTRADAS	9.032.338,19	11.640.702,17	17.433.377,20	23.665.450,09	28.779.835,61	32.324.675,86	33.127.547,90
Saldo Operacional (Demonstrativo de Resultados Projetados)	7.632.338,19	10.040.702,17	12.433.377,20	15.105.450,09	18.279.835,61	21.824.075,80	20.627.547,90
Depreciação	1.200.000,00	1.000.000,00	5.000.000,00	6.500.000,00	10.500.000,00	10.500.000,00	12.500.000,00
Empréstimos - Fomento							
SÁIDAS	7.791.700,05	11.563.019,34	14.826.283,54	21.677.769,22	20.704.770,01	29.575.746,44	31.075.904,56
Parcelamento Tributos Federais	4.003.167,00	5.244.958,07	6.234.526,10	9.026.530,83	9.786.069,47	10.369.573,15	11.116.929,77
Parcelamento Tributos Estaduais	2.788.593,85	4.668.061,27	6.825.767,44	7.451.225,30	8.076.701,34	8.706.173,29	9.409.004,79
Investimentos	1.000.000,00	400.000,00	200.000,00	200.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
Amortização - Fomento	1.200.000,00	1.000.000,00	5.000.000,00	6.500.000,00	10.500.000,00	10.500.000,00	12.500.000,00
SALDO	1.240.638,14	136.002,03	2.575.693,66	1.907.000,07	2.615.064,60	2.740.323,42	2.051.503,34
CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL	VALOR	DESCONTO	APAGAR				
Créditos Trabalhistas	909.415,71	0,00%	909.415,71	909.415,71	-	-	-
Créditos Garantia Real	0,00	0,00%	0,00	-	-	-	-
Créditos Quirografários	66.178.463,35	60,00%	26.471.385,34	-	-	-	-
Créditos de ME ou EPP	3.645.294,07	00,00%	1.450.105,93	8.494,49	111.034,49	111.049,59	111.866,12
TOTAL	70.733.143,93	-	28.838.907,08	909.415,71	181.863,54	2.142.148,95	2.142.296,03
SALDO FINAL DO PERÍODO				331.161,63	-44.980,71	432.044,71	-154.606,16
SALDO ANTERIOR				0,00	331.161,63	286.180,92	719.125,63
SALDO ACUMULADO				331.161,63	286.180,92	719.125,63	564.519,47

Figura 3 - Fluxo de Caixa - Projetado – Laudo Econômico e Financeiro (Anexo V)

Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 384, com os respectivos anexos, e seu Aditivo, ao mov. 1255.2, dispondo sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade baseadas em projeções futuras e fluxo de caixa, as propostas de pagamento dos credores concursais e os efeitos judiciais após a aprovação e homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial da empresa.

FLUXO DE CAIXA PROJETADO	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15
ENTRADAS	27.627.547,90	21.827.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90
Saldo Operacional (Demonstrativo de Resultados Projetados)	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90	20.627.547,90
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos - Fomento	7.000.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	-	-
SAÍDAS	25.164.286,40	20.611.643,02	15.558.999,64	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Parcelamento Tributos Federais	11.864.286,40	12.611.643,02	13.358.999,64	-	-	-	-	-
Parcelamento Tributos Estaduais	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	800.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Amortização - Fomento	12.500.000,00	7.000.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	-
SALDO	2.463.261,51	1.215.904,88	5.068.548,26	19.627.547,90	19.627.547,90	19.627.547,90	19.627.547,90	19.627.547,90
CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL								
Créditos Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos Garantia Real	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos Quirografários	2.031.039,68	2.031.193,47	2.031.350,31	2.031.510,27	2.031.673,40	2.031.839,76	2.032.009,43	2.032.182,47
Créditos de ME ou EPP	111.874,43	111.882,90	111.891,54	111.900,35	111.909,33	111.918,50	111.927,84	111.937,37
TOTAL	2.142.914,10	2.143.076,36	2.143.241,85	2.143.410,61	2.143.582,73	2.143.758,26	2.143.937,27	2.144.119,84
SALDO FINAL DO PERÍODO	320.347,40	-927.171,48	2.925.306,41	17.484.137,29	17.483.965,18	17.483.789,65	17.483.610,63	17.483.428,06
SALDO ANTERIOR	952.297,02	1.272.644,43	345.472,94					
SALDO ACUMULADO	1.272.644,43	345.472,94	3.270.779,38					

Figura 4 - Fluxo de Caixa - Projetado – Laudo Econômico e Financeiro (Anexo V)

Ao final, consta a conclusão dos contadores responsáveis do Laudo Econômico-Financeiro, pela viabilidade do Plano de Recuperação Judicial apresentado, uma vez que a continuidade das operações e a geração de fluxos de caixa positivos se provam mais que suficientes para o pagamento dos credores, conforme se observa na evolução e projeções financeiras apresentadas no Anexo II, em anexo ao PRJ, aos movs. 384.6 e 384.7.

3.1.2 LAUDO DE AVALIAÇÃO

Anexo ao Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda, consta, também, o Laudo de Avaliação de Ativos, ao mov. 384.8, elaborado pelo contador Edson Teles da Silva, com registro no CRC/PR 033084/O-0, datado de 08/03/2017, apresentando menção aos bens móveis – máquinas e veículos – que estão presentes nas demonstrações contábeis da Recuperanda.

Apresenta-se, a seguir, o quadro contendo a somatória dos valores de aquisição dos bens informados pela Recuperanda, indicados no laudo emitido em 08/03/2017, para fins informativos:

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO
IMOBILIZADO	BENS EM OPERAÇÃO	Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	236.722,80
		Veículos	503.600,04
Total Bens em Operação			740.322,84
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO			740.322,84

Fonte - Laudo de Avaliação apresentado no Anexo IV do Plano de Recuperação Judicial da Recuperanda, mov. 384.8.



Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 384, com os respectivos anexos, e seu Aditivo, ao mov. 1255.2, dispondo sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade baseadas em projeções futuras e fluxo de caixa, as propostas de pagamento dos credores concursais e os efeitos judiciais após a aprovação e homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial da empresa.

3.1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Laudo Econômico-Financeiro, anexo ao Plano de Recuperação Judicial da Recuperanda B D Vest EIRELI, elaborado pelos contadores supra, concluiu pela apresentação ao juízo recuperacional e aos credores, tendo sido organizado de forma adequada, possibilitando a avaliação da projeção dos resultados ao longo do processo de recuperação, permitindo o pagamento aos credores aderentes ao Plano, ao longo do período de pagamento proposto por cada classe, não sendo constatado dado ou informação que possa vir a prejudicar os números apresentados.

Quanto as informações fornecidas e medidas a serem adotadas no Plano, à época do procedimento recuperacional, foi constatado na elaboração do Laudo Econômico-Financeiro, que a empresa é econômica e financeiramente viável, após ter passado por uma crise de ordem interna e externa.

Ainda, o contador exarou parecer no sentido de que o PRJ demonstra a possibilidade de normalização e constituição das atividades operacionais da empresa, tornando possível gerar recursos e restabelecer sua capacidade de receita e, por consequência, no fluxo de caixa, sendo esse o melhor cenário aos credores, em comparação a uma situação de falência.

Ressaltou, por fim, que os faturamentos apresentados nas projeções devem ser atingidos, uma vez que, caso não sejam alcançados, apresentarão sensíveis dificuldades na efetivação dos pagamentos do referido Plano de Recuperação.

3.2 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou na Parte II, nos itens 5.1 e 5.2 do PRJ, os meios de recuperação que pretende adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005. Segue uma síntese dos referidos meios:

- I – Reestruturação na área administrativa;
- II – Estruturação de demonstrativos financeiros, orçamento e fluxo de caixa, melhorando o acompanhamento diário de cada área;
- III – Reestruturação de departamentos, análise e melhoria de processos, corte de despesas e melhor efetividade por função;
- IV – Reestruturação da área comercial, ampliando a carteira de clientes e todo o território nacional;
- V – Implantação da estrutura de venda no módulo E-commerce, visando ampliar os canais de venda;
- VI – Desenvolvimento de marca para as lojas próprias, com preços mais acessíveis;
- VII – Reestruturação das unidades de venda no atacado e varejo, com maior atenção ao pós-venda e análise do desempenho comercial.

3.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Conforme se extrai pelo item 5 do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela empresa Recuperanda, já foram efetivadas algumas medidas saneadoras com o fim de enfrentamento da crise econômica vivida. São as seguintes medidas tomadas:



Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 384, com os respectivos anexos, e seu Aditivo, ao mov. 1255.2, dispondo sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade baseadas em projeções futuras e fluxo de caixa, as propostas de pagamento dos credores concursais e os efeitos judiciais após a aprovação e homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial da empresa.

- Reestruturação na área administrativa, com revisão e redirecionamento dos lançamentos contábeis no software de gestão (E.R.P.), com intuito de alocar os custos e despesas de maneira que permitam melhor identificar a rentabilidade de cada filial o departamento, e, assim, ações de redução ou controle sejam adotadas, evitando que existam Custos e Despesas fixas sem a devida previsão orçamentária ou produtiva;
- Implantação de processos relacionados à análise de Crédito, melhor estruturando os cadastros dos clientes, perfis de comprar e limites a serem concedidos, buscando, assim, diminuir consideravelmente o índice de inadimplência;
- Adoção de medidas que visam recuperar valores inadimplentes dos anos anteriores, com o encaminhamento à processos de cobrança sistêmica, administrativas e/ou judiciais cabíveis;
- Estruturação de demonstrativos financeiros, orçamento e fluxo de caixa, melhorando o acompanhamento diário de cada área. Tais controles financeiros permitirão melhor visualização da situação corrente da empresa, inclusive por departamento, loja, marca utilizada ou diferentes canais de venda, trazendo, além de informações confiáveis, melhor acompanhamento produtivo e comercial para as áreas responsáveis;
- Reestruturação de departamentos, análise e melhoria de processos, corte de despesas e melhor efetividade por função;
- Elaboração de organograma detalhado por função e atividades desempenhadas por cada pessoa, buscando readequação de funções e possíveis reduções de custo;
- Definição de procedimentos no setor de contas a receber, implantando nova sistemática de cobrança própria, terceirizada e/ou encaminhamento ao jurídico, para ajuizamento, quando necessário;
- Reestruturação da área comercial, ampliando a carteira de clientes e todo o território nacional, incluindo um Diretor Comercial, com grande conhecimento deste mercado e da marca, ao trabalho na empresa;
- Contratação de novos representantes comerciais para realizar a venda da marca Denúncia, alterando sua limitação às lojas próprias e ampliando sua divulgação e comercialização;
- Estabelecida nova rotina de visitas aos principais e potenciais novos clientes, pelo corpo gerencial, estabelecendo metas e acompanhamento dessas, inclusive, com apoio aos profissionais que apresentarem baixo desempenho;
- Implantação da estrutura de venda no módulo E-commerce, visando ampliar os canais de venda;
- Desenvolvimento de marca, da qual detém o direito de uso – Linda Z – para as lojas próprias, pois possui preços mais acessíveis;
- Revisão dos cálculos de custos de produção, com definição de Mark Up condizente com a realidade econômico-financeira da empresa;
- Reavaliação das formas de comissionamento comercial e salários de toda a empresa, de acordo com o cargo e a média do mercado;
- Reestruturação das unidades de venda no atacado e varejo, com maior atenção ao pós-venda e análise do desempenho comercial.

3.4 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Cláusula 5.8.1, "b", do Plano de Recuperação Judicial aborda os créditos tributários nas projeções realizadas, considerando as respectivas alíquotas de cada imposto incidente sobre os produtos comercializados, sendo que os valores referentes às contribuições para o PIS e Cofins estão projetadas, considerando a forma Não Cumulativa. Já os

Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 384, com os respectivos anexos, e seu Aditivo, ao mov. 1255.2, dispondo sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade baseadas em projeções futuras e fluxo de caixa, as propostas de pagamento dos credores concursais e os efeitos judiciais após a aprovação e homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial da empresa.

valores referentes ao ICMS, estão projetados tendo como base uma alíquota média incidente sobre os produtos da Recuperanda, levando em conta, ainda, o crédito presumido a qual tem direito.

Quanto aos tributos incidentes sobre o Lucro, constou do PRJ que as projeções foram realizadas considerando que a Recuperanda apura com base no Lucro Real, observando, assim, para fins de projeção, a legislação específica do Imposto de Renda para essa forma de apuração.

Destarte, o Plano de Recuperação Judicial não dispõe sobre qualquer outra forma de satisfação de créditos não sujeitos aos efeitos recuperacionais, ressaltando, apenas, que os credores que aderirem posteriormente ao Plano, não terão direito as distribuições que já foram efetuadas anteriormente ao seu ingresso como credor e que, este ficará sujeito a carência, prazo, condições e forma de pagamento ora definidos (vide Cláusula 7.6).

3.5 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

O Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 384.2 e 384.3, em sua Cláusula 9.2 estabelece que na hipótese de algum crédito sujeito à Recuperação Judicial subsistir garantidores, também haverá novação da dívida perante os referidos terceiros garantidores, estando vedado o ajuizamento ou prosseguimento de ação ou processo judicial de qualquer natureza, penhorar, executar, protestar quaisquer créditos.

Destarte, insta rememorar que a mencionada cláusula foi objeto da ressalva da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial (mov. 1415.1), tendo a sua validade reestabelecida em sede de Agravo de Instrumento nº 0012554-19.2018.8.16.0000 interposto pela Recuperanda (vide mov. 6.1 desses autos), conforme disposto no item 2.2 do presente Relatório.

Não obstante, do mencionado acórdão, foram interpostos Recursos Especiais (nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 3, nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 6 e nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 7) – REsp 1900506/PR (2020/0266405-2) –, buscando sua reforma quanto a legalidade da cláusula em comento, oportunidade em que restou declarada sua ineficácia pela Relatora Ministra Nancy Andrighi, em 24/05/2021. Da mencionada decisão, **foram opostos Embargos de Declaração pela Recuperanda**, que, sendo **rejeitados (petição nº 517613/2021 - EDcl)**, em data de **24/06/2021, culminou na interposição de Agravo Interno (petição 719294/2021)**, também pela Recuperanda, em data de **12/08/2021**, tendo sido **expedida intimação às partes para manifestação, em 13/08/2021**.

Ante a ausência de efeito suspensivo em sede recursal, a Cláusula 9.2, atualmente, resta inaplicável.

3.6 DA POSSIBILIDADE DE REALIZAR LEILÃO REVERSO

A Cláusula 8.5 do Plano de Recuperação Judicial prevê a possibilidade de amortização acelerada, atendendo aos aspectos estabelecidos nos meios de recuperação, principalmente àqueles que visam atender as melhorias administrativas, comerciais e financeiras, a fim de gerar suficiência de caixa para que a Recuperanda esteja apta a propor a antecipação do pagamento dos créditos inscritos na Recuperação Judicial.

Quando da realização do Leilão Reverso, a empresa realizará a publicação de edital, no Diário Oficial da União, fazendo constar as regras fixadas para o ato, quais sejam, prazo, condições de pagamento, deságio, volume de crédito, etc., dentre as demais especificações que se fizerem necessárias.



Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ foi apresentado pela Recuperanda ao mov. 384, com os respectivos anexos, e seu Aditivo, ao mov. 1255.2, dispondo sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade baseadas em projeções futuras e fluxo de caixa, as propostas de pagamento dos credores concursais e os efeitos judiciais após a aprovação e homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial da empresa.

3.7 DA POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO

A Cláusula 7.9 do PRJ, de mov. 384.3, trata sobre a possibilidade de se utilizar do instituto da compensação de crédito, quando identificada a probabilidade de utilização, desde que não acarrete prejuízo às partes e se trate de créditos líquidos, certos e exigíveis.

Acrescentou, ainda, que, caso a Recuperanda não proceda à compensação, não resultará em renúncia ou liberação por parte dessa, a quaisquer créditos que possa ter contra os credores que compõe o processo de Recuperação Judicial, representando, apenas, uma faculdade do ato.

3.8 DA EXTINÇÃO DO DÉBITO MEDIANTE QUITAÇÃO

A Cláusula 7.11 do PRJ de mov. 384.3 versa sobre a situação em que todos os créditos sujeitos sejam devidamente pagos, oportunidade em que estará, a Recuperanda, livre de tais obrigações, uma vez que se trata de quitação plena, irrevogável e irretratável, não mais podendo, os credores, reclamar quaisquer responsabilidades quanto a tais débitos.

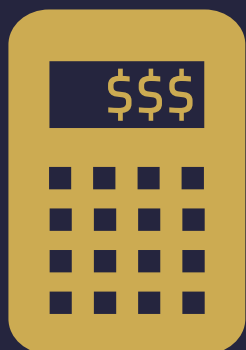
Acrescentou, ainda, que o pagamento dos créditos trabalhistas, nos termos previstos no PRJ, exonera a Recuperanda de quaisquer obrigações decorrentes de contratos de trabalho e de acordos trabalhistas firmados com o sindicato e o Ministério do Trabalho.



4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES

4.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

4.2 CREDORES COLABORADORES E SUBCLASSES



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTL2 NB47S TZTCX K257K

Condições de Pagamento de Credores

O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua Cláusula 8, estabelecendo, para os credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, carência de 23 meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ, para início dos pagamentos, com vencimento no dia 25 de cada mês, a partir do 24º mês subsequente, com deságio de 60% e atualização mensal do saldo devedor pela variação da Taxa de Referência (TR) acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do efetivo pagamento, aplicando-se juros simples de 2,0% a.a., nessa ordem. Quanto aos credores Classe I – Créditos Trabalhistas, foi apresentado Aditivo ao PRJ, fixando, na Cláusula 1, prazo para pagamento dos créditos no mês subsequente a publicação da decisão que homologar o Plano, sem deságio.

4.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 384.2 e 384.3 dos autos recuperacionais, apresenta-se, na sequência, síntese da forma de pagamento proposta pela Recuperanda, constante na Cláusula 8 do PRJ, acrescida do Aditivo de mov. 1255.2, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Carência	Vencimento	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	-	Dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente a publicação da decisão que homologar o PRJ.	12 (doze) parcelas mensais.	-	Sem deságio
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-	-
Classe III Créditos Quirografários	-	23 (vinte e três) meses	Após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	157 (cento e cinquenta e sete) parcelas mensais.	Após a aplicação do deságio, a atualização mensal do saldo devedor pela variação da Taxa de Referência (TR) mensal, acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do pagamento da parcela, aplicando-se a taxa de juros simples de 2,0% a.a. (dois por cento) ao ano.	60% (sessenta por cento) a ser aplicado sobre o valor da parcela no momento de seu pagamento.



Informações Financeiras

O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua Cláusula 8, estabelecendo, para os credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, carência de 23 meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ, para início dos pagamentos, com vencimento no dia 25 de cada mês, a partir do 24º mês subsequente, com deságio de 60% e atualização mensal do saldo devedor pela variação da Taxa de Referência (TR) acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do efetivo pagamento, aplicando-se juros simples de 2,0% a.a., nessa ordem. Quanto aos credores Classe I – Créditos Trabalhistas, foi apresentado Aditivo ao PRJ, fixando, na Cláusula 1, prazo para pagamento dos créditos no mês subsequente a publicação da decisão que homologar o Plano, sem deságio.

Classe	Subclasse	Carência	Vencimento	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe IV Créditos ME / EPP	-	23 (vinte e três) meses	Após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	157 (cento e cinquenta e sete) parcelas mensais.	Após a aplicação do deságio, a atualização mensal do saldo devedor pela variação da Taxa de Referência (TR) mensal, acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do pagamento da parcela, aplicando-se a taxa de juros simples de 2,0% a.a. (dois por cento) ao ano.	60% (sessenta por cento) a ser aplicado sobre o valor da parcela no momento de seu pagamento.

4.2 CREDORES COLABORADORES E SUBCLASSES

No presente caso, o Plano de Recuperação Judicial esclareceu na Cláusula 8.4 que inexistia disposição especificada quanto a forma de pagamento de credores parceiros, porém, em havendo interessados, esses poderão ter condições diferenciadas para o recebimento dos seus créditos inscritos no PRJ, desde que mediante Termo Aditivo, oportunidade em que serão previstos os critérios para obtenção da condição diferenciada.



5. CONTROLE DE PAGAMENTO DE CREDORES



5.1 RESUMO DOS PAGAMENTOS POR CLASSE DE CREDORES

5.2 CLASSE I – CRÉDITOS TRABALHISTAS

5.3 CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL

5.4 CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

5.5 CLASSE IV – CRÉDITOS ME / EPP



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTL2 NB47S TZTCX K257K

Controle de Pagamento de Credores

Foram aportados aos autos os comprovantes de pagamento de credores da Classe I – Créditos Trabalhistas, bem como, enviados à essa Administradora Judicial, a qual passa a realizar a verificação e controle de pagamento, conforme consta do Anexo II - Relação Analítica de Pagamentos Por Credor, visando a aferição do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em atenção ao art. 22, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005. No que se refere aos credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, verifica-se que ainda não foi iniciado o período de carência, uma vez que não alcançado o trânsito em julgado da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, razão pela qual não foi realizada a análise quando ao pagamento dos credores das mencionadas classes.

5.1 RESUMO DOS PAGAMENTOS POR CLASSE DE CREDITORES

Conforme se depreende dos autos de Recuperação Judicial nº 0012043-76.2016.8.16.0069, foram aportados aos autos os comprovantes de pagamento de credores da Classe I – Créditos Trabalhistas, bem como, enviados à essa Administradora Judicial, a qual passa a realizar a verificação e controle de pagamento do Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo juízo (mov. 1415.1), em atenção ao art. 22, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005. Veja-se:

Classe	Subclasse	Valor Habilitado (em reais)	Deságio Aplicado (em reais)	Valor Líquido (em reais)	Atualização (em reais)	Valor Líquido Atualizado (em reais)	Valor Liquidado (em reais)	Venc. (PRJ)	% de Liquidação Subclasse
Classe I Créditos Trabalhistas	-	1.646.374,47	-	1.646.374,47	-	1.646.374,47	1.526.783,29	25/04/2018	92,68%
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
Classe III Créditos Quirografários	-	45.274.309,55	27.164.585,73	18.109.723,82	-	-	-	-	0%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	4.017.271,48	2.410.362,89	1.606.908,59	-	-	-	-	0%
Total		50.937.955,50	29.574.948,62	21.363.006,89	-	-	1.526.783,29	-	7,14%

5.2 CLASSE I – CRÉDITOS TRABALHISTAS

Em sua Cláusula 8.1, o Plano de Recuperação Judicial prevê a forma de pagamento dos credores Classe I – Créditos Trabalhistas, a ser realizado no prazo de 1 (um) ano, após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ, aprovado pelos credores em Assembleia Geral de Credores, em 12 (doze) parcelas mensais, com vencimento todo dia 25 (vinte e cinco) de cada mês. Fez constar, também, a possibilidade de pagamento de mais de uma parcela por mês, caso necessário, com o objetivo de adimplir todo o crédito trabalhista no prazo de 12 (doze) meses. Estabeleceu que os créditos trabalhistas que forem postulados em juízo, cuja origem da demanda seja em período anterior ao deferimento da Recuperação Judicial, e que tenha suas respectivas sentenças transitadas em julgado, deverão ser pagos dentro do prazo de 1 (um) ano após a sentença. Ao final, esclareceu que, tendo em vista o curto prazo legal concedido para pagamento da classe, o Plano não estipula a aplicação de correção monetária ou, até mesmo, de juros sobre os créditos de ordem trabalhista, inexistindo, também, deságio sobre o valor dos créditos.

Não obstante as condições supra, a Recuperanda apresentou, ao mov. 1255.2, **Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial de mov. 384, alterando, em sua Cláusula 1, o termo inicial da carência,** para o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente a **publicação da decisão que homologar o PRJ,** conforme se verifica do trecho *infra*:



Controle de Pagamento de Credores

Foram aportados aos autos os comprovantes de pagamento de credores da Classe I – Créditos Trabalhistas, bem como, enviados à essa Administradora Judicial, a qual passa a realizar a verificação e controle de pagamento, conforme consta do Anexo II - Relação Analítica de Pagamentos Por Credor, visando a aferição do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em atenção ao art. 22, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005. No que se refere aos credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, verifica-se que ainda não foi iniciado o período de carência, uma vez que não alcançado o trânsito em julgado da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, razão pela qual não foi realizada a análise quando ao pagamento dos credores das mencionadas classes.

1. DO INICIO DOS PAGAMENTOS DOS CREDORES TRABALHISTAS

O Plano de Recuperação Judicial apresentado consignou que os pagamentos dos credores da Classe I, conforme Cláusula 8.1 – Trabalhista, teria início após o trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano Recuperacional.

Contudo a fim de atender os preceitos de legalidade, com base no posicionamento jurisprudencial, altera-se o termo inicial de pagamento dos credores da Classe, para o dia 25 do mês subsequente a publicação decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial.

Ante ao exposto, compulsando os autos, verifica-se que a decisão de mov. 1415.1, que concedeu a Recuperação Judicial da empresa e homologou o Plano de Recuperação Judicial e Aditivo, foi publicada em data de 05/05/2018, de modo que o primeiro vencimento se deu em 25/04/2018, e último, em 25/03/2019.

Conforme se verifica da **Planilha de Controle de Pagamentos**, em anexo, a empresa Recuperanda já adimpliu o total de **92,68%** da Classe I – Créditos Trabalhistas, habilitados na Recuperação Judicial da empresa B.D. Vest Eireli. Isso porque, consoante se verifica dos autos, em atenção ao art. 6, §2º, Lei 11.101/2005, foram realizadas diversas habilitações de crédito no decorrer do procedimento recuperacional, assim como também houveram impugnações e/ou divergências que culminaram na habilitação e retificação de valores da Relação Nominal de Credores.

Em virtude da crise causada pela Pandemia do Covid-19, bem como das orientações exaradas pelo CNJ e do Projeto de Lei 1397/2020, houve a determinação, de ofício, de suspensão temporária das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, desde a data em que foi decretado o estado de calamidade pública, perdurando enquanto vigor tal decreto e, em caso de vigência do regime transitório proposto pelo PL 1397/2020, até dia 31/12/2020, nos termos da decisão de mov. 2213.1.

Assim, ultrapassado o prazo retro, bem como ante a existência de créditos pendentes, à Classe I – Créditos Trabalhistas, conforme Planilha de Controle de Pagamentos, em anexo, deve ser retomado, se já não foi feito, o pagamento dos credores trabalhistas, posteriormente habilitados no presente procedimento recuperacional, em atenção a Cláusula 8.1 do PRJ e Cláusula 1 do Aditivo, de mov. 384.2/384.3 e mov. 1255.2, respectivamente.

5.3 CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL

Consoante se depreende dos autos, inexistem credores habilitados na Classe II – Créditos com Garantia Real, razão pela qual não consta, no Plano de Recuperação Judicial, forma de pagamento para essa classe, deixando, assim, de apresentar a presente relação de cumprimento do PRJ pela Administradora Judicial.



Controle de Pagamento de Credores

Foram aportados aos autos os comprovantes de pagamento de credores da Classe I – Créditos Trabalhistas, bem como, enviados à essa Administradora Judicial, a qual passa a realizar a verificação e controle de pagamento, conforme consta do Anexo II - Relação Analítica de Pagamentos Por Credor, visando a aferição do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em atenção ao art. 22, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005. No que se refere aos credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, verifica-se que ainda não foi iniciado o período de carência, uma vez que não alcançado o trânsito em julgado da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, razão pela qual não foi realizada a análise quando ao pagamento dos credores das mencionadas classes.

5.4 CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

A Cláusula 8.2 do Plano de Recuperação Judicial prevê a forma de pagamento dos credores Classe III – Créditos Quirografários, a ser realizado em 15 (quinze) anos, com o prazo de carência de 23 (vinte e três) meses após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ aprovado pelos credores em Assembleia Geral de Credores, a ser realizado em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas mensais, com vencimento todo dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, conforme se verifica do trecho infra, à pág. 41 do PRJ:

O período de carência mencionado acima, terá início no mês, inclusive, em que houver o trânsito em julgado que homologar a decisão, da Assembleia Geral de Credores, de aprovar o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores, quando houver o trânsito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial;

Sobre o valor das parcelas, no ato do seu pagamento, será aplicado, separadamente, o B e, posteriormente, a **correção monetária com base na Taxa Referencial – TR** mensal acumulada do mês que se deu início ao prazo de carência até o efetivo pagamento, e os **juros simples de 2% a.a.**, equivalente a 0,166% a.m., nessa ordem.

Não obstante o contido na forma de pagamento dos créditos da Classe III – Créditos Quirografários, verifica-se que, conforme já explanado no item 2.2 desse Relatório, **a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, aprovado em Assembleia Geral de Credores, ainda não foi atingida pelo trânsito em julgado, não tendo iniciado, portanto, o período de 23 (vinte e três) meses de carência, para o início dos pagamentos.**

Isso porque, a decisão que homologou o PRJ foi proferida em data de 05/03/2018 (mov. 1415), tendo sido interposto recurso de Agravo de Instrumento nº 0012407-90.2018.8.16.0000, pelo credor Lecca Comercial Ltda, Agravo de Instrumento nº 0012917-06.2018.8.16.0000, pelo credor Banco do Brasil S.A. e, ainda, Agravo de Instrumento nº 0012554-19.2018.8.16.0000, pela Recuperanda, objetivando sua reforma.

No que se refere ao **Agravo de Instrumento nº 0012407-90.2018.8.16.0000**, interposto pelo credor Lecca Comercial Ltda contra a decisão de mov. 1415.1, intentou a reforma da decisão a fim de que fosse realizado o controle de legalidade do Plano, declarando nula a Cláusula 8.2, quanto ao prazo de carência, deságio, número de parcelas e atualização e, também, as Cláusulas 11.3 e 13.2, referente ao encerramento da Recuperação Judicial a qualquer tempo e a eleição de foro, respectivamente. Ao mov. 6, foi indeferida a tutela recursal pleiteada, conforme decisão proferida pelo Desembargador Relator, e, ao mov. 32.1, dado parcial provimento ao recurso, tornando sem efeito somente a Cláusula 11.3 do PRJ. **O feito atingiu o trânsito em julgado em data de 11/10/2018 (certificado ao mov. 39).**

O **Agravo de Instrumento nº 0012917-06.2018.8.16.0000**, interposto pelo credor Banco do Brasil S.A, intentou a reforma da decisão de mov. 1415.1, objetivando a declaração de nulidade da Cláusula 5.6 e Cláusula 8.2 do PRJ, referente a forma de pagamento dos credores. O recurso não foi provido (mov. 35.1), em virtude da soberania da Assembleia Geral de Credores para tratar sobre direitos disponíveis, em relação aos quais descabe interferência do judiciário. **O feito atingiu o trânsito em julgado em data de 22/11/2018 (certificado ao mov. 47).**



Controle de Pagamento de Credores

Foram aportados aos autos os comprovantes de pagamento de credores da Classe I – Créditos Trabalhistas, bem como, enviados à essa Administradora Judicial, a qual passa a realizar a verificação e controle de pagamento, conforme consta do Anexo II - Relação Analítica de Pagamentos Por Credor, visando a aferição do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em atenção ao art. 22, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005. No que se refere aos credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, verifica-se que ainda não foi iniciado o período de carência, uma vez que não alcançado o trânsito em julgado da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, razão pela qual não foi realizada a análise quando ao pagamento dos credores das mencionadas classes.

No tangente ao **Agravo de Instrumento, nº 0012554-19.2018.8.16.0000** interposto pela Recuperanda, restou pleiteada a manutenção da Cláusula 9.2 do PRJ, que versa sobre a suspensão de garantias, bem como o reconhecimento da validade da Cláusula 2 do Aditivo do PRJ, ambas objeto de ressalva do juízo a quo, à decisão de mov. 1415.1. Ao mov. 6, a tutela recursal foi parcialmente deferida pelo Desembargador Relator, reestabelecendo a aplicabilidade da Cláusula 9.2 do PRJ e, ao mov. 312.1, proferida decisão de mérito confirmando a liminar. Contudo, **devidamente intimadas as partes, foi interposto Recurso Especial pelos credores Banco do Brasil S.A., N A Fomento Mercantil Ltda e Lecca Comercial Ltda.**

Todos os Recursos Especiais foram admitidos e remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, em conjunto, tendo sido certificado o protocolo sob o número 2020/0266405-2 – REsp nº 1900506 / PR –. Em data de **26/05/2021, a Relatora Ministra Nancy Andrighi conheceu e deu provimento ao recurso, declarando a ineficácia da cláusula do Plano de Recuperação Judicial que prevê a suspensão das garantias reais e fidejussórias**, em consonância ao entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça. Contudo, do **mencionado decisum, foi oposto Embargos de Declaração, em data de 01/06/2021 (protocolizada petição 517613/2021) pela Recuperanda B D Vest Eireli**, tendo sido apresentadas Contrarrazões, pelo credor Banco do Brasil S.A. (petição 544935/2021), pelo credor N A Fomento Mercantil LTDA (petição 0541308/2021), ambas em 09/06/2021, e, ainda, pelo credor Lecca Comercial LTDA (petição 548468/2021) em 10/06/2021.

Em data de **24/06/2021, foi proferida decisão quanto aos aclaratórios opostos (petição nº 517613/2021 - EDcl), rejeitando-o**, uma vez que ausentes quaisquer vícios do decisum, tendo em vista estar em conformidade com a Súmula 581 bem como do julgamento do REsp 1.885.536/MT e REsp 1.794.209/SP, pela Segunda Seção do STJ, que pacificou o entendimento de que a anuência do titular de garantia real ou fidejussória é indispensável para que o plano de recuperação judicial possa estabelecer sua supressão ou substituição. Completou a análise destacando que a cláusula suspensiva, nos termos do julgado retro, apenas gera efeitos aos credores que aprovaram o plano sem ressalvas quanto a ela, não sendo eficaz, portanto, em relação àqueles que não participaram da assembleia, que se abstiveram de votar ou que se posicionaram contra tal disposição. **Da decisão retro, foi expedida intimação às partes, tendo sido interposto Agravo Interno (petição 719294/2021) pela Recuperanda, em data de 12/08/2021.**

Assim sendo, verifica-se que **a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial foi recorrida por Agravo de Instrumento, que originou os Recursos Especiais em comento, os quais, unificados, encontra-se rebatido com a interposição de Agravo Interno, protocolizado em data de 12/08/2021, não tendo atingido, portanto, o trânsito em julgado.**

Considerando que o termo inicial da carência de 23 (vinte e três) meses, conforme preceitua a Cláusula 8.2 do PRJ, se dá com o trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ, situação essa que ainda não ocorreu, **verifica-se que não houve o início da carência**, e, portanto, não há que se tratar de descumprimento do Plano neste momento.

Por oportuno, importa ressaltar que os recursos **apresentados contra a decisão de mov. 1415.1 do juízo universal** não discutem a (in)validade do termo inicial da carência, razão pela qual se apresenta hígida e aplicável ao presente caso, nos termos do art. 502 do Código de Processo Civil.

Ante ao exposto, as partes e interessadas devem acompanhar o trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ, quando, então, dar-se-á início aos 23 (vinte e três) meses de carência, consoante narrado supra, para que, quando do seu término, se proceda ao pagamento dos credores Classe III – Créditos Quirografários, ao dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente – 24º mês –, nos termos da Cláusula 8.2 do Plano de mov. 384.1/384.2.



Controle de Pagamento de Credores

Foram aportados aos autos os comprovantes de pagamento de credores da Classe I – Créditos Trabalhistas, bem como, enviados à essa Administradora Judicial, a qual passa a realizar a verificação e controle de pagamento, conforme consta do Anexo II - Relação Analítica de Pagamentos Por Credor, visando a aferição do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em atenção ao art. 22, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005. No que se refere aos credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, verifica-se que ainda não foi iniciado o período de carência, uma vez que não alcançado o trânsito em julgado da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, razão pela qual não foi realizada a análise quando ao pagamento dos credores das mencionadas classes.

5.5 CLASSE IV – CRÉDITOS ME / EPP

A Cláusula 8.3 do Plano de Recuperação Judicial prevê a forma de pagamento dos credores Classe IV – Créditos ME / EPP, a ser realizado no prazo de 15 (quinze) anos, com o prazo de **carência** de 23 (vinte e três) meses **após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ aprovado** pelos credores em Assembleia Geral de Credores, a ser realizado em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas mensais, com vencimento todo dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, conforme se verifica do trecho infra, à pág. 42 do PRJ:

O período de carência mencionado acima, terá início no mês, inclusive, em que houver o trânsito em julgado que homologar a decisão, da Assembleia Geral de Credores, de aprovar o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores, quando houver o trânsito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial;

Sobre o valor das parcelas, no ato do seu pagamento, será aplicado, separadamente, o **deságio de 60%** e, posteriormente, a **correção monetária com base na Taxa Referencial – TR** mensal acumulada do mês que se deu início ao prazo de carência até o efetivo pagamento, e os **juros simples de 2% a.a.**, equivalente a 0,166% a.m., nessa ordem.

Não obstante o contido na forma de pagamento dos créditos da Classe IV – Créditos ME / EPP, verifica-se que, conforme já explanado no item 2.2 desse Relatório, **a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, aprovado em Assembleia Geral de Credores, ainda não foi atingida pelo trânsito em julgado, não tendo iniciado, portanto, o período de 23 (vinte e três) meses de carência, para o início do pagamento.**

Isso porque, a decisão que homologou o PRJ foi proferida em data de 05/03/2018 (mov. 1415), tendo sido interposto recurso de Agravo de Instrumento nº 0012407-90.2018.8.16.0000, pelo credor Lecca Comercial Ltda, Agravo de Instrumento nº 0012917-06.2018.8.16.0000, pelo credor Banco do Brasil S.A. e, ainda, Agravo de Instrumento nº 0012554-19.2018.8.16.0000, pela Recuperanda, objetivando sua reforma.

No que se refere ao Agravo de Instrumento nº **0012407-90.2018.8.16.0000**, interposto pelo credor Lecca Comercial Ltda contra a decisão de mov. 1415.1, intentou a reforma da decisão a fim de que fosse realizado o controle de legalidade do Plano, declarando nula a Cláusula 8.2, quanto ao prazo de carência, deságio, número de parcelas e atualização e, também, as Cláusulas 11.3 e 13.2, referente ao encerramento da Recuperação Judicial a qualquer tempo e a eleição de foro, respectivamente. Ao mov. 6, foi indeferida a tutela recursal pleiteada, conforme decisão proferida pelo Desembargador Relator, e, ao mov. 32.1, dado parcial provimento ao recurso, tornando sem efeito somente a Cláusula 11.3 do PRJ. **O feito atingiu o trânsito em julgado em data de 11/10/2018 (certificado ao mov. 39).**

O Agravo de Instrumento nº **0012917-06.2018.8.16.0000**, interposto pelo credor Banco do Brasil S.A, intentou a reforma da decisão de mov. 1415.1, objetivando a declaração de nulidade da Cláusula 5.6 e Cláusula 8.2 do PRJ, referente a forma de pagamento dos credores. O recurso não foi provido (mov. 35.1), em virtude da soberania da Assembleia Geral de Credores para tratar sobre direitos disponíveis, em relação aos quais descabe interferência do judiciário. **O feito atingiu o trânsito em julgado em data de 22/11/2018 (certificado ao mov. 47).**

No tangente ao Agravo de Instrumento, nº **0012554-19.2018.8.16.0000** interposto pela Recuperanda, restou



Controle de Pagamento de Credores

Foram aportados aos autos os comprovantes de pagamento de credores da Classe I – Créditos Trabalhistas, bem como, enviados à essa Administradora Judicial, a qual passa a realizar a verificação e controle de pagamento, conforme consta do Anexo II - Relação Analítica de Pagamentos Por Credor, visando a aferição do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, em atenção ao art. 22, alínea “a” (segunda parte), da Lei 11.101/2005. No que se refere aos credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME / EPP, verifica-se que ainda não foi iniciado o período de carência, uma vez que não alcançado o trânsito em julgado da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial, razão pela qual não foi realizada a análise quando ao pagamento dos credores das mencionadas classes.

pleiteada a manutenção da Cláusula 9.2 do PRJ, que versa sobre a suspensão de garantias, bem como o reconhecimento da validade da Cláusula 2 do Aditivo do PRJ, ambas objeto de ressalva do juízo a quo, à decisão de mov. 1415.1. Ao mov. 6, a tutela recursal foi parcialmente deferida pelo Desembargador Relator, reestabelecendo a aplicabilidade da Cláusula 9.2 do PRJ e, ao mov. 312.1, proferida decisão de mérito confirmando a liminar. Contudo, **devidamente intimadas as partes, foi interposto Recurso Especial pelos credores Banco do Brasil S.A., N A Fomento Mercantil Ltda e Lecca Comercial Ltda.**

Todos os Recursos Especiais foram admitidos e remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, em conjunto, tendo sido certificado o protocolo sob o número 2020/0266405-2 – REsp nº 1900506 / PR –. **Em data de 26/05/2021, a Relatora Ministra Nancy Andrighi conheceu e deu provimento ao recurso, declarando a ineficácia da cláusula do Plano de Recuperação Judicial que prevê a suspensão das garantias reais e fidejussórias**, em consonância ao entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça. Contudo, do mencionado *decisum*, foi oposto **Embargos de Declaração, em data de 01/06/2021 (protocolizada petição 517613/2021) pela Recuperanda B D Vest Eireli, tendo sido apresentadas Contrarrazões, pelo credor Banco do Brasil S.A. (petição 544935/2021), pelo credor N A Fomento Mercantil LTDA (petição 0541308/2021), ambas em 09/06/2021, e, ainda, pelo credor Lecca Comercial LTDA (petição 548468/2021) em 10/06/2021.**

Em data de **24/06/2021, foi proferida decisão quanto aos aclaratórios opostos (petição nº 517613/2021 - EDcl), rejeitando-o**, uma vez que ausentes quaisquer vícios do *decisum*, tendo em vista estar em conformidade com a Súmula 581 bem como do julgamento do REsp 1.885.536/MT e REsp 1.794.209/SP, pela Segunda Seção do STJ, que pacificou o entendimento de que a anuência do titular de garantia real ou fidejussória é indispensável para que o plano de recuperação judicial possa estabelecer sua supressão ou substituição. Completou a análise destacando que a cláusula suspensiva, nos termos do julgado retro, apenas gera efeitos aos credores que aprovaram o plano sem ressalvas quanto a ela, não sendo eficaz, portanto, em relação àqueles que não participaram da assembleia, que se abstiveram de votar ou que se posicionaram contra tal disposição. **Da decisão retro, foi expedida intimação às partes, tendo sido interposto Agravo Interno (petição 719294/2021) pela Recuperanda, em data de 12/08/2021.**

Assim sendo, verifica-se que **a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial foi recorrida por Agravo de Instrumento, que originou os Recursos Especiais em comento, os quais, unificados, encontra-se rebatido com a interposição de Agravo Interno, protocolizado em data de 12/08/2021, não tendo atingido, portanto, o trânsito em julgado.**

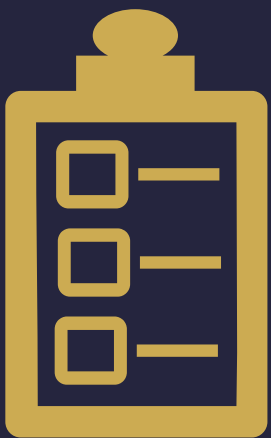
Considerando que o termo inicial da carência de 23 (vinte e três) meses, conforme preceitua a Cláusula 8.3 do PRJ, se dá com o trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ, situação essa que ainda não ocorreu, **verifica-se que não houve o início da carência**, e, portanto, não há que se tratar de descumprimento do Plano neste momento.

Por oportuno, importa ressaltar que os recursos apresentados contra a decisão de mov. 1415.1 do juízo universal **não discutem a (in)validade do termo inicial da carência**, razão pela qual se apresenta hígida e aplicável ao presente caso, nos termos do art. 502 do Código de Processo Civil.

Ante ao exposto, as partes e interessadas devem acompanhar o trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ, quando, então, dar-se-á início aos 23 (vinte e três) meses de carência, consoante narrado supra, para que, quando do seu término, se proceda ao pagamento dos credores Classe III – Créditos Quirografários, ao dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente – 24º mês –, nos termos da Cláusula 8.2 do Plano de mov. 384.1/384.2.



6. CONCLUSÃO



Conclusão

Foi constatado o pagamento dos credores habilitados na Classe I – Créditos Trabalhistas, ao tempo do primeiro vencimento, em 25/04/2018, tendo havido, posteriormente, demais habilitações de crédito. Quanto os credores habilitados na Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – Créditos ME / EPP, verifica-se que o termo inicial dos 23 (vinte e três) meses de carência não foi atingido até o momento, uma vez que não houve o trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ, nos termos das Cláusulas 8.2 e 8.3 desse, haja vista a interposição de Recurso Especial - REsp nº 1900506 / PR (2020/0266405-2), restando pendente decisão a ser proferida no Agravo Interno, interposto em data de 12/08/2021 -.

Ante todas as considerações apresentadas no presente Relatório de Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, verificou-se o adimplemento dos credores habilitados na Classe I – Credores Trabalhistas, à época do início dos pagamentos, em **92,68%**, restando pendentes os demais credores habilitados posteriormente, conforme se verifica do Anexo II - Relação Analítica de Pagamentos Por Credor, considerando, ainda, a decisão de mov. 2213.1 do juízo universal que suspendeu a sua continuidade em virtude da pandemia do Covid-19.

Não obstante o acórdão de mov. 13.1 proferido no Agravo de Instrumento nº 0057712-29.2020.8.16.0000, interposto contra a decisão de mov. 2213.1 do juízo universal, deve ser intimada, a Recuperanda, para realizar o pagamento dos credores habilitados posteriormente à Classe I – Créditos Trabalhistas, comprovando nos autos, se já não foi feito, sob pena de incorrer nas consequências do descumprimento do PRJ.

Quanto ao cumprimento do Plano referente a Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – Créditos ME / EPP, verifica-se que o termo inicial dos 23 (vinte e três) meses de carência ainda não foi atingido, uma vez que não houve o trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ, nos termos das Cláusulas 8.2 e 8.3 deste, devendo, portanto, aguardar decisão a ser proferida no REsp nº 1900506 / PR (2020/0266405-2) – *Agravo Interno interposto em 12/08/2021* –, e, na ausência de recursos, transitando em julgado a decisão retro, acompanhar o início e término dos 23 (vinte e três) meses de carência, oportunidade em que será alcançado o vencimento da primeira parcela dos credores ao dia 25 do 24º mês subsequente.



GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperanda – B. D. Vest Eireli
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial





CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968


MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 / (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

   /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTL2 NB47S TZTCX K257K